

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 01-2019

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminhamos à apreciação de Vossas Excelências, o Projeto de Lei anexo, que dispõe sobre a estimativa de Receita e a fixação da Despesa do Município para o próximo exercício financeiro, em cumprimento ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica Municipal.

O presente Projeto de Lei, compreende os Orçamentos Fiscal e do Regime Próprio de Previdência, e foi elaborado de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, com a Lei Complementar nº 101/00, observadas as diretrizes e os objetivos do governo constantes na Lei nº. 4.357, de 10 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município.

O Projeto de Lei que ora apresentamos, visa garantir a continuidade das ações constantes do programa de governo, através da execução de projetos prioritários que buscam atender de forma crescente as demandas mais urgentes da população e estimular o desenvolvimento social, cultural e econômico do Município.

Para viabilizar o cumprimento destas ações, uma política de alocação de recursos cada vez mais responsável, racional e eficiente, está evidenciada nos programas de trabalho, garantindo, além de uma melhor qualidade na oferta de serviços públicos municipais, a execução dos investimentos em andamento.

Além disso, a elaboração deste Projeto de Lei foi realizada em consonância com as perspectivas para o cenário macroeconômico, com o desempenho financeiro das contas públicas nos últimos exercícios, com a política econômica e social do Governo e a legislação vigente.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2019.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 057-19, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Estima a Receita e Fixa a Despesa do
Município para o exercício financeiro de 2020.

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2020, referentes aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, no valor de R\$ 161.450.000,00 (Cento e sessenta e um milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único. Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

I – Tabela da receita do Município para 2020, 2021 e 2022, a receita realizada dos três últimos exercícios encerrados e a prevista para o ano corrente;

II – Demonstrativo da receita corrente líquida projetada para 2020;

III – Metodologia e premissa de cálculos realizados, nos termos do que dispõe o art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000, art. 22, da Lei 4.320/64 e Portaria nº 2/2007, da Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal;

IV – Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei 4.320/64;

V – Quadro discriminativo da receita por fontes (inciso III, do §1º, do art. 2º, da Lei 4.320/64);

VI – Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia da receita (LC no 101, art. 5º, I);

VII – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (LC no 101, art. 5º, I);

VIII – Anexo de compatibilidade do orçamento com o anexo de metas fiscais LRF, Art. 5º, I.

Compatibilidade com o resultado primário;

Compatibilidade com o resultado nominal;

IX – Anexo demonstrativo da receita e da despesa por vínculo de recursos.

**CAPÍTULO II
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 2º O Orçamento do Município, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101/2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida das reservas de contingências.



CAPÍTULO III DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO

Seção I

Da Classificação Orçamentária da Receita e da Despesa

Art. 3º Fica ao Poder Executivo autorizado a desdobrar a receita orçamentária até o nível solicitado pelo Tribunal de Contas do Estado do RS, para acompanhamento da execução do orçamento.

Art. 4º A despesa fixada, inclusive as dotações das entidades da administração indireta, são dispostas em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários organizados pela classificação da despesa institucional, estrutura programática e natureza da despesa até o nível de elemento.

Parágrafo Único. Fica autorizado ao Poder Executivo e ao Legislativo, para fins de execução orçamentária:

I - Criar, transferir, ou extinguir desdobramentos à classificação orçamentária da despesa por elementos de despesa.

II - Criar e modificar as destinações de recursos.

Seção II

Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, na Administração Direta e Indireta, observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I - Da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% da sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de dotações orçamentárias, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) anulação parcial ou total de suas dotações;
- b) incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço;
- c) excesso de arrecadação;
- d) de receitas vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;
- e) de recursos livres.

II - superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais;

III - abrir crédito suplementar, para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

IV - abrir crédito suplementar com saldo de recurso vinculado não utilizados no exercício passado, até o limite do saldo bancário livre;

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

V - reabrir os créditos adicionais especiais e extraordinários, se aberto nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto.

§ 1º O limite para a abertura de créditos suplementares de que trata este artigo, no inciso I, é autorizado sob o valor total do orçamento, não podendo ultrapassar deste percentual, a soma de suplementações entre Executivo, fundações e Regime Próprio de Previdência.

§ 2º Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento (administração direta e indireta), sendo que os créditos adicionais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

VII – Ao Poder Legislativo, mediante Resolução da Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 20% de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

Parágrafo Único. Também poderá ser considerado como superavit financeiro do exercício anterior, para fins da alínea b, do inciso I, do *caput*, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2020, obedecida a fonte de recurso correspondente.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O total da despesa do Poder Legislativo, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos inativos, será de até 7% (sete por cento). Em atenção ao artigo da Constituição Federal, relativos aos somatórios da receita tributária e das transferências previstas no § 5, dos artigos 153 a 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, podendo ser refeitos os cálculos após 31 de março.

Art. 7º O Prefeito, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização de receitas.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2019.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 057-19, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei nº **057-19**, de 21 de outubro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município, para o exercício financeiro de **2020**.

A discriminação da despesa está apresentada em nível de elementos, conforme art. 15, da Lei nº 4.320/64.

Integrando o mesmo, estamos encaminhando os respectivos anexos que demonstram e exemplificam o conteúdo, pelos quais, poderá ser analisado o referido Projeto de Lei.

São estas as razões que justificam o encaminhamento do Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2019.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito